

Notas de conjuntura nº 1 – Outubro de 2018

Secretaria Geral de Governo - Prefeitura Municipal de São Leopoldo

1 – A conjuntura de outubro de 2018 será marcada pelas eleições para as Assembleias Legislativas, governos estaduais e para a Câmara dos Deputados, Senado Federal e presidência da república. Trata-se, portanto, não só de um momento oportuno para o balanço do período aberto pelo golpe de 2016, mas também de projetar os desafios futuros do país. Neste sentido, estas notas de conjuntura localizam a cidade de São Leopoldo num quadro mais amplo da situação estadual e nacional, destacando neste primeiro número algumas das informações econômicas e do mercado de trabalho publicadas no período.

A economia segue estagnada

2 – Depois de dois anos de forte recessão, o crescimento de 1% do PIB em 2017 não representou uma recuperação da atividade econômica no Brasil. Ao contrário da retomada que foi anunciada no início do ano por representantes do governo em exercício, pela mídia empresarial e pelo setor financeiro, os dados oficiais apontam para um quadro de estagnação econômica e das condições de trabalho e renda no país ao longo de 2018.

3 – De acordo com o último levantamento do *Sistema de Contas Nacionais* do IBGE (agosto/2018), **o PIB brasileiro do 2º trimestre variou apenas 0,2%**, frente ao primeiro trimestre de 2018. Para o 3º trimestre, o IPEA (setembro/2018) estima que o país registrará um crescimento do PIB de 1,1% em relação ao trimestre anterior, reiterando o baixo dinamismo da economia brasileira

4 - Em comparação com o 2º trimestre do ano passado, **o PIB cresceu 1%**, um patamar insuficiente para a recuperação da economia e do mercado de trabalho do país. Neste mesmo período, a **Indústria** e os **Serviços** cresceram **1,2%**; a **Agropecuária** encolheu **0,4%** e **Construção Civil** segue com resultados negativos (**-1,1%**) em relação ao ano anterior.

5 – A taxa de **Investimento** no segundo trimestre de 2018 segue no patamar de **16% do PIB**, que é a segunda pior taxa desde 1996. Por sua vez, o **Consumo das Famílias** expandiu em **1,7%** e a **Despesa de Consumo do Governo** variou **+0,1%** frente ao segundo trimestre do ano passado. No setor externo, as **Exportações de Bens e Serviços** reduziram **2,9%** e as **Importações** cresceram **6,8%** no mesmo período.

6 – Este cenário de estagnação econômica se agravou com a greve dos caminhoneiros, em maio. Resultado da equivocada política de preços da Petrobras, a crise dos combustíveis evidenciou a crescente privatização de setores estratégicos da economia brasileira e os impactos do aumento dos preços da gasolina e do óleo diesel sobre a vida da população.

7 - O cenário externo também é cada vez mais adverso e fatores como a guerra comercial dos EUA, a crise econômica na Argentina e a alta do dólar impactam negativamente na economia brasileira, rebaixando ainda mais as expectativas de crescimento do PIB para o ano de 2018.

Pobreza, desemprego e precarização do trabalho em alta

8 – Atingindo com mais força a classe trabalhadora e os pobres, a crise tem sido acompanhada por um elevado desemprego e pelo aumento da precarização do trabalho e da desigualdade. Nos últimos dois anos, a pobreza extrema e a mortalidade infantil voltaram a crescer e doenças que eram tidas como erradicadas, como a poliomielite e o sarampo, assombram novamente a população. Além disso, os impactos da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos sociais no Brasil por vinte anos, e de medidas como a diminuição de beneficiários do programa *Bolsa Família*, pioram ainda mais as condições de vida da maioria da população.

9 - A crise tem reduzido a renda, encolhido o poder de compra e agravado o endividamento das famílias. Com o aumento dos preços do botijão de gás, por exemplo, as famílias têm sido obrigadas a substituir o fogão por fogareiro e a recorrer à lenha e ao carvão para cozinhar. A população de rua tem aumentado e a violência escala no campo e na cidade. Referência internacional no combate à pobreza durante os governos Lula e Dilma, o Brasil de hoje está voltando para o Mapa da Fome.

10 - A situação do mercado de trabalho também segue negativa. De acordo com a *PNAD Contínua/IBGE* (setembro/2018), a **taxa de desocupação** do trimestre de junho a agosto de 2018 é de **12,1%** da população economicamente ativa, o que corresponde a aproximadamente **12,7 milhões de pessoas sem trabalho**. Embora tenha diminuído 3,1% em relação ao mesmo trimestre de 2017, a população desocupada segue altíssima e a sua insuficiente diminuição nos últimos meses se deu mais em função do aumento do trabalho informal e do desalento do que propriamente pelo incremento significativo de novos postos de trabalho.

11 - O elevado número de **pessoas desalentadas (4,8 milhões)** engloba as pessoas que, mesmo disponíveis para trabalhar, desistem de uma recolocação porque não conseguem trabalho adequado; não tem experiência ou qualificação; não conseguem trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos ou por não haver trabalho na localidade em que residem. Esta situação de inatividade, que cresceu **13,2%** frente ao mesmo trimestre do ano passado, é mais alta na população com maior dificuldade de inserção no mercado do trabalho: jovens; pessoas com baixa escolaridade; residentes da região Nordeste; mulheres; não chefes de família (IPEA, 2018).

12 - A **população subutilizada**, que agrega os desempregados, os subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial, chegou a **27,5 milhões de pessoas**, um contingente que cresceu **2,8%** em relação ao mesmo período de 2017. No mesmo período, também houve alta de **1,9%** no número de **trabalhadores por conta própria (23,3 milhões)**.

13 - Refletindo o aumento dos “bicos” e da informalidade, o número de **empregados do setor privado com carteira assinada (33 milhões de pessoas; não inclui os trabalhadores domésticos)** recuou **1,3%**, enquanto o número de **empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada (11,2 milhões)** subiu **4,0%** em relação ao mesmo trimestre de 2017.

14 - Longe de criar os novos empregos prometidos, a aprovação da terceirização irrestrita, da reforma trabalhista e o abandono da política de valorização do salário mínimo, têm agravado a precarização do trabalho. Dentre outros desdobramentos, a legalização das formas precárias de contratação, as violações do direito de negociação coletiva (Convenção nº 98 da OIT) e o desmonte do financiamento sindical compõem o atual quadro de retrocessos das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora.

Rio Grande do Sul: distante do “rumo certo”

15 – O estado do Rio Grande do Sul também foi duramente afetado pela crise. Em 2015, a queda do PIB gaúcho (-4,6%) foi maior que a verificada no país (-3,5%) (FEE/IBGE, 2017). Em 2017, a economia gaúcha apresentou um crescimento de 1% do PIB, o mesmo patamar verificado nacionalmente.

16 – No primeiro trimestre 2018, por sua vez, o PIB estadual registrou queda de 0,8% frente ao primeiro trimestre de 2017. Enquanto a Agropecuária (-8,5%) e os Serviços (-1,9%) apresentaram retração, a Construção Civil (6,4%), o Comércio (6,1%) e a Indústria (0,3%) variaram positivamente no mesmo período. (SPGG/FIPE, 2018). Os dados do PIB estadual do segundo e terceiro trimestres ainda não foram divulgados, mas estima-se que, em sintonia com o quadro nacional, a crise dos combustíveis também tenha acentuado a estagnação da economia gaúcha.

17 – A crise e a política de austeridade estadual e nacional têm impactado diretamente no mercado de trabalho do estado. No primeiro trimestre de 2018, o Rio Grande do Sul totalizou 510 mil desempregados. (PNAD/IBGE).

18 - No mercado de trabalho formal, o Rio Grande do Sul demitiu mais do que contratou pelo quinto mês consecutivo. Segundo os dados do CAGED (setembro/2018), embora ainda registre um saldo acumulado em 2018 de 20.121 vagas criadas, o RS foi o estado que mais fechou postos de trabalho no Brasil em agosto, com perda de 4.028 vagas de emprego com carteira assinada.

19 - Este saldo negativo no número de postos de trabalho do Rio Grande do Sul em agosto é muito superior a soma de todos os quatro outros estados que registraram saldo negativo no país no mesmo mês – Maranhão (-66), Acre (-172), Espírito Santo (-388) e Sergipe (-593). Ao todo, foram 4.028 postos de trabalho fechados em agosto no RS frente a 1.219 empregos perdidos dos outros quatro estados com saldo negativo juntos.

20 - Em agosto, o setor que mais fechou vagas no RS foi a Indústria de Transformação (-5401), seguido pelo Comércio (-590), Administração Pública (-47), Construção Civil (-43), Extrativa Mineral (-17) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-15). As atividades econômicas que registraram variação positiva foram os Serviços (+1889) e a Agropecuária (+196).

21 - Diante deste quadro, o governo estadual optou por uma política que agrava a situação econômica e social do Rio Grande do Sul. A adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal do governo federal é a síntese deste desmonte em curso. A suspensão do pagamento da dívida por três anos (prorrogáveis por mais três) postergará para os próximos governos um maior endividamento do Estado em dezenas de bilhões de reais. Além disso, o plano exige como contrapartidas retrocessos como a privatização de empresas estatais, a oferta de ativos do Estado para a União, o congelamento dos salários dos servidores e a proibição de novas contratações de novos funcionários.

São Leopoldo: a retomada da ação do governo municipal

22 – Situado no Vale dos Sinos e parte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), São Leopoldo conta com uma população de **234.947 habitantes**, de acordo com as últimas estimativas do IBGE (agosto/2018). A cidade capilé detém o **11º maior PIB do Rio Grande do Sul (R\$ 6,9 bilhões)** (FEE/IBGE, 2015), reúne um parque industrial diversificado e de porte internacional, um dos maiores polos tecnológicos do país (Tecnosinos) e expressivos setores de comércio e serviços.

23 – Em um contexto de crise estadual e nacional, a Frente Popular retorna à prefeitura em 2017 depois de quatro anos de um “choque de gestão” que levou a cidade de São Leopoldo a uma grave situação financeira e administrativa. A gestão atual herdou dificuldades extremas de pagamento dos salários do funcionalismo e de fornecedores que afetam diretamente os serviços básicos para a população. Em áreas específicas, como o Hospital Centenário, os limites existentes de financiamento são agravados por um tratamento discriminatório do governo estadual. Além disso, ao mesmo tempo em que os recursos do governo federal e estadual são reduzidos, a judicialização das demandas por políticas sociais impõe obrigações ainda mais pesadas para os municípios.

24 - Diante desta situação, a prefeitura desencadeou uma forte ação governamental. Projetos planejados na gestão 2005-2012 que estavam paralisados ou com baixa execução foram retomados e ampliados. Em busca da sustentabilidade das contas municipais, foi promovida uma auditoria e reavaliação criteriosa de contratos firmados pelo poder público. O município, por sua vez, recuperou a capacidade de elaboração de projetos e captação de recursos.

25 – A ação do governo municipal tem contribuído para a melhora do ambiente econômico e do mercado de trabalho de São Leopoldo. Em publicação recente da ACIST-SL (*Boletim Socioeconômico Trimestral*, agosto/2018), que contou com a parceria da Unisinos e o apoio da prefeitura, **São Leopoldo apresentou uma média de crescimento de 1,6%** em 2018. Para constituir este indicador de atividade econômica foram considerados os seguintes pilares: arrecadação municipal (impostos sobre a produção e a circulação); geração de emprego formal (estoque do emprego formal e a diferença entre as taxas de variação do salário médio dos admitidos e dos desligados); o efeito Brasil (IBC-BR); e as exportações.

26 – No mercado de trabalho, frente ao fechamento de 4.028 vagas de emprego com carteira assinada em agosto no Rio Grande do Sul, **São Leopoldo registrou uma variação positiva de 13 vagas** no mesmo mês e um **saldo positivo acumulado de 1107 vagas**, em 2018. Setorialmente, este resultado mensal foi impulsionado pelo setor de **Serviços**, que criou 96 vagas em agosto e 1202 vagas ao longo de 2018. Os **Serviços Industriais de Utilidade Pública** registraram saldo de 2 vagas criadas em agosto e saldo positivo de 10 vagas criadas no ano.

27 – Em relação aos demais setores de atividade econômica de São Leopoldo, a **Indústria da Transformação** apresentou variação negativa de vagas (-65) em agosto, mas registra um saldo positivo de 130 vagas em 2018; de igual modo, a **Construção Civil** apresentou um saldo negativo de 9 vagas em agosto, mas acumula saldo positivo de 87 vagas criadas no ano; a **Agropecuária** fechou 5 vagas em agosto e acumula no ano um saldo negativo de 5 vagas; a **Extrativa Mineral** registrou o fechamento de 1 (uma) vaga em agosto e um saldo negativo de mesmo número em 2018; o **Comércio**, por sua vez, registra perdas de 5 vagas em agosto e um saldo negativo acumulado de 310 vagas fechadas no ano de 2018.

REFERÊNCIAS

ACIST-São Leopoldo. *Boletim Socioeconômico Trimestral*. Agosto de 2018.

CAGED/MTE. *Evolução do emprego*. Setembro de 2018.

IBGE. *Estimativas de população dos municípios 2018*. Agosto de 2018.

IBGE. *PNAD Continua*. Setembro de 2018.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais*. Agosto de 2018.

IPEA. *Carta de Conjuntura nº 40*. Setembro de 2018.

FEE/IBGE. *Contas Regionais 2015*. Novembro de 2017.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO DO RS/FIPE. *Estatísticas e Indicadores Econômicos do RS*. Junho de 2018.